

# O Colapso da Democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart: implicações da normatividade para a interpretação da crise<sup>1</sup>

Valéria Cabreira Cabrera  
Universidade Federal de Pelotas

## 1 Introdução

A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart vem argumentando há quase 50 anos que o desenvolvimento econômico promove mobilização social capaz de produzir uma mudança intergeracional de valores benéfica à democracia. A ideia é que, em detrimento dos valores tradicionais, a mudança cultural proporciona a priorização de valores de autoexpressão, isto é, valores atinentes à expressão da personalidade e à liberdade de escolha. Os novos valores tornariam o público menos deferente à autoridade e, por isso, mais contestador e participante na política. Assim, uma vez que o número de pessoas enfatizando valores de autoexpressão fosse majoritário nas sociedades, estariam criadas as condições culturais para a democracia. O autor vem apresentando comprovação empírica do seu argumento, elaborada por meio do método estatístico de análise, desde o início da década de 1970 até os dias atuais, quando já engloba dados coletados em mais de 100 países, tornando-se uma das mais influentes pesquisas em Política Comparada.

Embora a relação original da teoria da cultura política com as teorias da modernização seja inequívoca, é raro encontrar menção nesse sentido na literatura da área. A Teoria do Desenvolvimento Humano, ao contrário, apresenta-se de forma manifesta como uma teoria da área da cultura política que propõe uma revisão às teorias da modernização. Foi percebendo, assim, que essa teoria parece ter mais similaridades do que discordâncias com aquelas que pretende revisar, que surgiu a proposta deste artigo. Basicamente, argumenta-se que a teoria em questão promove o insulamento dos aspectos atinentes à política, e que o faz em razão da sua orientação normativa que, independentemente de qualquer intenção subjacente do autor, corrobora à defesa do modelo liberal de democracia. Nesse sentido, prestigia-se aqui o debate em torno dos diagnósticos de colapso da democracia liberal no mundo hoje, buscando-se destacar as implicações de tal normatividade para a interpretação oferecida por Ronald Inglehart.

Embora a Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart carregue especificidades, as quais não permitem que represente por si só o *mainstream* da Ciência Política, muitas de suas características, atreladas às subáreas das quais se origina, fazem evidente seu caráter altamente normativo, embora se apresente como uma teoria descritiva e preditiva da forma como se dá o processo de democratização no mundo hoje. Assim, buscou-se evidenciar as consequências disso para a análise da política elaborada no âmbito dessa teoria, destacando-se aqui, especialmente, a

---

<sup>1</sup> Este artigo decorre da pesquisa, em andamento, da tese de doutoramento da autora. Uma primeira versão foi apresentada no 44º Encontro Anual da ANPOCS.

perspectiva de Inglehart e seus colaboradores sobre a crise contemporânea das democracias liberais. Com isso, pretende-se contribuir para a reflexão acerca dos diagnósticos de crise da democracia elaborados no *mainstream* da Ciência Política a partir da ascensão recente de partidos e líderes populistas autoritários em sociedades democráticas ocidentais.

## 2 Normatividade democrática e a construção de uma trajetória possível da democracia

Quando se diz que algo é normativo, refere-se a sua orientação por uma gramática moral ou ideológica que se expressa enquanto regra e que impõe um “dever ser”. Uma teoria normativa, nesse sentido, é aquela que revela um posicionamento valorativo por meio do qual seus pressupostos e juízos são construídos. Por exemplo, a teoria política pós-rawlsiana, é comumente referida como uma “teoria política normativa”, na medida em que, conforme assevera Vita (2017, p. 95-96), “desenvolve-se com base em proposições que se apresentam como julgamentos avaliativos”. A Ciência Política, por outro lado, procura teorizar a política por meio da demonstração empírica orientada pelo método, elaborando regras gerais, que, com frequência, são apresentadas como portadoras de alguma capacidade preditiva (VITA, 2017).

A normatividade, segundo se entende, não é um aspecto a desabonar a teoria. Vita (2017), inclusive, destaca em sua abordagem que algum espaço para a reflexão de natureza normativa seria bem-vindo na Ciência Política empírica, na medida em que todas as questões políticas controversas têm uma dimensão normativa suscetível de discussão. Ao atentar-se para a relação da Ciência Política com a democracia, seu objeto mais frequente a partir da segunda metade do século XX, fica evidente que a sua natureza empírica, posta como adversa ao normativo, é apenas aparente, pois, com efeito, a normatividade democrática e metodológica oriunda do período de institucionalização da disciplina, permeia estudos da área até os dias atuais. Por isso, entende-se que teorias postas no bojo da Ciência Política, que procuram negar ou não mencionar o caráter ideológico de suas opções teóricas, metodológicas e empíricas, apresentando-se como neutras e imparciais, equivocam-se.

Esse, portanto, é o primeiro pressuposto essencial deste artigo: toda teoria da área tem, em alguma medida, um caráter ideológico. Disso decorre um segundo pressuposto: a apresentação de teorias como meramente descritivas e diagnósticas produz explicações inadvertidamente enviesadas da política sob vestes de imparcialidade. Ronald Inglehart, autor da teoria objeto de análise na pesquisa que originou este artigo, valoriza largamente a tradição empírica da ciência e critica explicações ideológicas dos fenômenos políticos. O argumento que se levanta aqui é o de que a teoria e as análises de Inglehart e seus colaboradores são também ideológicas, na medida em que são normativamente orientadas a promover uma defesa do modelo de democracia liberal.

Ao abordar as críticas sofridas pela teoria original da cultura política, *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, de Almond e Verba (1963), o autor considerou que, por causa da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, os intelectuais estavam transmitindo sua impressão negativa do país para a literatura, suspeitando, assim, de qualquer análise que classificasse a democracia americana como uma das principais. Veja-se em que termos Inglehart (1993, p. 12) abordou a questão:

Algumas críticas a esta escola prejudicaram a questão em bases ideológicas, alegando que a abordagem da cultura política era “elitista” ao achar que algumas culturas eram

mais favoráveis à democracia que outras. Implicitamente, uma teoria correta deveria observar que todas as sociedades poderiam ser igualmente democráticas. O problema é que ao instrumentalizar uma teoria para adequar-se a uma dada ideologia, pode-se obter uma teoria que não se adequa à realidade, caso em que as previsões seriam eventualmente errôneas. Pior ainda, a teoria não teria utilidade para quem tentasse enfrentar os problemas da democratização no mundo real.

Considerando-se o argumento de Inglehart (1993), parece que o autor corrobora a afirmação que se fez há pouco sobre o enviesamento das análises elaboradas sob perspectivas ideológicas. Afóra isso, de forma mais contundente do que se sugeriu, o autor considera isso problemático. Implicitamente, portanto, Inglehart (1993) apresenta a sua teoria como não ideológica e imparcial. Dados os pressupostos acima pontuados, argumenta-se, ao contrário, que a Teoria do Desenvolvimento Humano, como outras abordagens da sua tradição teórica, aparta elementos próprios da política, a fim de criar uma regra geral de longo prazo que dê conta de delinear o caminho de uma democracia possível e estável. Com isso, embora não necessariamente seja a intenção do autor, a teoria acaba por promover a defesa da democracia liberal.

Para tanto, inicia-se retomando o período de institucionalização da Ciência Política como disciplina autônoma, a fim de demonstrar a origem da normatividade teórica e metodológica que permeia em maior ou menor grau as construções do *mainstream* da disciplina. O momento de fundação da Ciência Política, entre o final do século XIX e meados do século XX, foi marcado pelo empirismo, priorizando métodos próprios das ciências da natureza, e teve o poder como principal objeto de análise (Nascimento, 2011). A institucionalização de fato concretizou-se, contudo, quando a matéria entrou para o currículo acadêmico da Universidade de Columbia (Feres, 2000). Nesse sentido, o período de institucionalização da disciplina caracterizou-se pelo fundamento em uma tradição nacional estadunidense, marcada por seu compromisso com os princípios liberais, por seu enfoque nas instituições políticas e pela afirmação da cientificidade de suas análises (Bianchi, 2011).

De início, apesar do caráter formalista e institucionalista advindo da influência alemã predominar nas análises políticas, já havia uma corrente minoritária, que requisitava uma abordagem ligada ao darwinismo social dentro da Ciência Política, o que abriu portas para o positivismo. Nesse contexto, conceitos como “comportamento” e “processo”, que se tornariam preponderantes nas análises do período posterior à Segunda Guerra Mundial, foram postos em voga. Nesse sentido, a Escola de Chicago foi bastante influente na defesa do uso do método estatístico para otimizar a mensuração empírica. A partir da Segunda Guerra Mundial, então, a corrente minoritária ganhou corpo e o giro metodológico proposto por seus defensores tornou-se conhecido como *Behavioral Revolution* (Nascimento, 2011).

Essa corrente ganhou adeptos, sobretudo, durante a Guerra da Coreia, na década de 1950, quando o então senador McCarthy passou a perseguir pesquisadores progressistas, os quais se filiaram à investigação comportamentalista, mais frequentemente aceita como neutra e livre de valores (Nascimento, 2011). Entretanto, a revisão proposta pela *Behavioral Revolution* gerou a supervalorização da Ciência Política empírica em detrimento da normativa. Foi posta de um lado a Ciência Política “verdadeiramente científica” e, de outro, as demais subáreas, tais como a história do pensamento político e as teorias políticas normativas (Easton, 1953). Nesse contexto, a Teoria Política normativa acabou isolada das questões práticas mais valorizadas na análise da política (Ball, 2004).

De acordo com Feres (2000), autores ligados ao *mainstream* da Ciência Política americana identificaram o período entre o final do século XIX e o início do século XX como de vocação democrática inquestionável da disciplina. Fizeram ressalva quanto ao rigor exagerado do procedimento científico, mas nada mencionaram em relação à contradição evidente entre a democracia e o objetivo de educação cívica alinhado ao modelo liberal da democracia americana. Nesse sentido, Ball (2004) relatou que, com efeito, após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, estudos sobre comportamento político tornaram-se úteis para os governos e, assim, receberam maior financiamento, o que acabou por auxiliar a institucionalização da área e predirecionar seus temas de pesquisa (Ball, 2004). O intuito de garantir a institucionalização acadêmica da disciplina engendrou uma exaltação da democracia liberal americana, fortemente ligada ao modelo elitista, e mesmo seus aspectos problemáticos foram tratados como virtudes (Feres, 2000).

O interesse pela análise do exercício do poder na vida política foi que deu origem aos estudos de elites na Europa, importados depois para os Estados Unidos e lá difundidos sob influência da Escola de Chicago (Nascimento, 2011). Segundo Avritzer (1997), as questões levantadas pelo elitismo não foram capazes de explicar as rupturas democráticas, sobretudo, as ocorridas na América Latina, a partir dos anos 1960. De acordo com o autor, os elitistas não refletiram sobre a possibilidade da existência de elites não democráticas, bem como não compreenderam de maneira adequada a atividade das massas, desprezando a possibilidade de ações coletivas democráticas, o que fez seus elementos analíticos básicos insuficientes para o estudo da política latino-americana (Avritzer, 1997).

Foi nesse contexto, segundo Avritzer (1997) – principalmente, por não conseguir explicar cenários externos ao europeu e ao norte-americano – que o elitismo acabou por inserir outra variável na análise da ruptura com a democracia: a variável econômica. Em lugar de perceber a incapacidade de seus próprios elementos para abordar a relação entre autoritarismo e democracia, o elitismo apostou na insuficiência econômica dos países latino-americanos (também dos países asiáticos e africanos), dando origem a uma onda de trabalhos acerca da relação entre desenvolvimento econômico e democracia (Avritzer, 1997). Autores como Downs (1970 *apud* Miguel, 2002) esforçaram-se para reaproximar a concepção schumpeteriana da democracia aos valores democráticos básicos, nivelando a menor o ideal democrático e mantendo-o, no entanto, distante da noção de “governo do povo”.

Nesse contexto, uma das análises da democracia mais prestigiadas foi aquela elaborada na teoria da cultura política. Embora formulada em um período de predomínio do elitismo democrático, a teoria apareceu como inovadora ao inserir a perspectiva do cidadão comum à análise. Antes da publicação de *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1963), o debate sobre democracia sob aspectos comportamentais detinha-se às interações entre membros das elites. Entretanto, com efeito, os autores delinearam uma orientação de como novas democracias poderiam adaptar-se à cultura política de países de democracia avançada. Nesse sentido, a teoria da cultura política foi alvo de críticas relacionadas à supervalorização da democracia americana em detrimento das formas de governo originais de outras sociedades. Inglehart (1993, p. 13) narra esse episódio em tom aparentemente irônico, que revela certo juízo de valor sobre as críticas:

Em muitos casos, os críticos da cultura política consideravam um estreito etnocentrismo qualquer afirmativa de que o estilo ocidental de democracia pudesse ter vantagens sobre outros tipos de regime, e insinuar que os povos dos regimes

socialistas pudessem estar insatisfeitos com suas “Democracias Populares”, só poderia refletir uma concepção reacionária.

Na verdade, para Inglehart (1993), o importante é que a comprovação empírica da teoria da cultura política é inequívoca. É possível interpretar que, em razão disso, o autor opta por abster-se do debate acerca do mérito das críticas relativas ao enviesamento ideológico dessa teoria. Em referência à aposta de Almond (1983 *apud* Inglehart, 1993) sobre a impossibilidade de manutenção do regime comunista pela ausência de condições culturais adequadas após a abertura de Gorbachev à liberalização da Europa Oriental, o autor afirmou: “Almond poderia não estar ideologicamente correto, mas estava empiricamente correto, e em última instância, isto importa” (Inglehart, 1993, p. 13).

As teorias da modernização, que atribuíam o chamado “subdesenvolvimento” a fatores culturais, são também exemplos de teorias oriundas desse período (Feres, 2000). Desde a década de 1960 diversas versões de teorias que buscavam desvendar o papel do desenvolvimento socioeconômico sobre o regime político estiveram no centro do debate de política comparada. Esse debate iniciou-se com a constatação de que a instalação da democracia liberal em muitas sociedades não produzia os mesmos efeitos observados em democracias mais antigas. Na busca de uma explicação para essa contradição, surgiram versões das teorias da modernização, que partiram com Huntington (1975), que se preocupou com a manutenção da ordem nas sociedades em desenvolvimento, e difundiram-se a partir da formulação de Lipset (1967), cujo argumento era de que a estrutura socioeconômica tradicional impedia a efetividade da democracia em algumas sociedades.

Inglehart (1997 e 2018), Inglehart e Welzel (2009) e Norris e Inglehart (2019) datam o surgimento da teoria da modernização no Iluminismo, mas, desde logo destacam as versões socialista, de Karl Marx, e capitalista, de Adam Smith, como as mais influentes no século XX. Os autores optam expressamente pela versão capitalista, na qual estão inspiradas a maioria das versões surgidas a partir da década de 1960 sob inspiração da teoria dos sistemas de Parsons (1951), como a de Lipset (1967) e a de Huntington (1975). Aliás, segundo Pateman (1971), o elemento que une a teoria da cultura política às teorias da modernização passa pela a origem de ambas na teoria dos sistemas parsoniana.

Com o empirismo em alta, a análise do poder acabou restringindo-se pela dificuldade de mensuração do objeto a partir de variáveis operacionalizáveis quantitativamente. Foi, por isso, que um outro conceito acabou dominando a Ciência Política: o conceito de “sistema político”, introduzido por Talcott Parsons na Teoria Social e trazido para Teoria Política por David Easton (1953). A contribuição mais frequentemente apontada como relevante nessa abordagem foi elaborada por Gabriel Almond (1956 *apud* Inglehart, 1993), que inseriu o conceito de ação social às análises do sistema político, e a qual Inglehart (1993) se referia quando destacou seus achados empíricos a despeito do enviesamento ideológico. Gabriel Almond, anos mais tarde, juntamente com Sidney Verba, publicaria a obra inaugural da perspectiva teórica que até os dias atuais orienta a teoria da cultura política. As teorias da modernização, que também tiveram inspiração em Parsons, surgiram e expandiram-se, tornando explicações da democracia por meio de variáveis econômicas influentes. Com o “sistema político” e a visão elitista da democracia em voga, a democracia tornou-se o objeto central da análise política.

As teorias da modernização foram largamente criticadas. Para Alexander (1994), entendê-las exige examiná-las não apenas como teorias científicas, mas como representações de uma ideologia:

esforços de abstração para transformar uma visão de mundo específica em uma teoria cientificamente testável e aplicável a qualquer cultura em todo o mundo. Isso porque, de acordo com o autor, essas teorias funcionavam também como um sistema simbólico que fornecia motivação em direção a determinada forma de vida. Entretanto, para Marsh (2014), poucos sociólogos negariam a existência de processos como a mudança das sociedades agrárias para industriais e depois das industriais para a sociedade da informação, como as teorias da modernização das décadas de 1950 a 1970 previram.

Uma das críticas mais frequentes às teorias da modernização aponta sua explicação unilinear da história. A teoria do desenvolvimento em cinco estágios de Rostow (1951 *apud* Marsh, 2014) é um exemplo de teoria da modernização etapista e unilinear, embora nem todas tenham sido. O problema, de acordo com Marsh (2014), é que há uma variedade estrutural e cultural muito grande entre sociedades pré-capitalistas, o que sugere que uma variedade de caminhos para o desenvolvimento deveria existir. Disso decorre a disputa sobre o resultado do desenvolvimento econômico: convergência entre as sociedades modernizadas ou “múltiplas modernidades” (Marsh, 2014). Para Alexander (1994), a teoria da modernização falha ao considerar as sociedades como internamente homogêneas, ao propor um desenvolvimento histórico dicotomizado (tradicional/moderno) e ao elaborar uma explicação linear da democracia. Nesse sentido, o autor assevera que, ainda que fosse linear, seria preciso reconhecer a possibilidade de regressão e progressão em uma mesma linha conceitual (Alexander, 1994).

Outra crítica direcionada às teorias da modernização refere que essas teorias mostram-se normativamente ocidentais. Para Marsh (2014), de fato, alguns teóricos da modernização encorajaram a visão de que modernização corresponde à ocidentalização. Segundo o autor, hoje em dia é inegável que a concepção ocidental de democracia se tornou uma ideologia global dominante e uma norma internacional emergente (Marsh, 2014). Nesse sentido, Alexander (1994) argumenta que não há razão para uma visão otimista do sucesso da modernização em todas sociedades e subsistemas sociais, pois uma mudança universal poderia ocorrer de maneira abrupta, envolvendo posições de poder contingentes e maus resultados.

Em um contexto de realismo quanto aos horrores da guerra e romantismo quanto ao novo mundo pós-guerra, foram formuladas versões da teoria da modernização em moldes individualistas. Pragmáticas, essas teorias concentraram-se em indivíduos reais, evitando tomar a questão em termos histórico-coletivos, como nação, classe e etnia. A crítica ao individualismo foi elaborada por intelectuais, como Mills e Arendt, que refutaram a legitimidade do humanismo individualista. Esses autores viam a racionalidade como instrumental e a ciência como tecnocrática, ambas a contribuir para conformidade a um modelo em que as elites eram beneficiadas (Alexander, 1994).

As teorias da modernização, ainda, passaram a ser desafiadas pela realidade: os mercados capitalistas não ajudaram a diminuir a pobreza, e sim a aumentá-la, sobretudo, nos países em desenvolvimento; guerras e revoluções continuaram a irromper nos países desenvolvidos; a ditadura espalhou-se – o que levou Huntington (1975) a afirmar que os estados pós-coloniais precisavam de um governo forte; e no lugar da secularização e do domínio da ciência, novos movimentos religiosos e ideológicos surgiram.

Assim surgiram as versões revisionais da teoria da modernização, como é a Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart. Teóricos influenciados pelas teorias da modernização protegeram o núcleo da teoria, sofisticaram ainda mais seus conceitos e métodos e justificaram os aspectos alvo de crítica. Contudo, para Alexander (1994, p. 176, tradução nossa)

houve um desafio que não pôde ser enfrentado pela teoria da modernização, o qual tratou-se, nas palavras do autor, da “destruição de seu núcleo ideológico, discursivo e mitológico”. O autor se refere ao surgimento de movimentos sociais cada vez mais associados a um modelo de emancipação coletiva, como foram os movimentos negro, latino, indígena, bem como a projeção da contracultura hippie e da libertação das mulheres. Finalmente, uma nova e convincente narrativa surgia, alterando o sentido da democracia aliada à individualização, representando-a como um sistema burocrático e repressivo: ao livre mercado nomearam capitalista; à sociedade racional trataram como gananciosa (Alexander, 1994).

Quando esses movimentos sociais perderam forças e uma onda conservadora tomou novamente conta do ambiente intelectual e político, na década de 1970, surgiu um movimento intelectual identificado como “pós-modernismo”. Conforme Alexander (1994), foram abordados novos modelos de cultura em Lyotard (*The Postmodern Condition*) e Foucault (*To Discipline and Punish*), epistemologia em Rorty (*Philosophy and the Mirror of Nature*), classe em Bourdieu (*Distinctions*), gênero em Halperin (*100 Years of Homosexuality and other Essays on Greek Love*) etc. Entretanto, como o autor destaca, é essencial não subestimar os efeitos ideológicos do triunfo do neoliberalismo ao socialismo, a partir do qual transformações sociais sustentáveis e de alto nível em economias atrasadas foram realizadas não por países socialistas, mas sim pelos capitalistas, dando argumento para defensores do livre mercado. O capitalismo foi revigorado mesmo em países de tradição progressista, como a França, a Espanha e a Itália. Assim, a democracia aliada ao desenvolvimento econômico expandiu-se, criando condições para que as interpretações dos teóricos pós-modernistas fossem taxadas de fatalistas e locais (Alexander, 1994).

Nesse contexto, o conceito de “sociedade civil” ressurgiu com força na academia, propondo um espaço não estatal e não econômico de fomento da democracia. Ao mesmo tempo, a noção de “agir comunicativo” de Habermas (1989) impulsionou o debate sobre pluralismo, diferença e participação política. A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart propôs-se a revisar as teorias da modernização ainda no primeiro período de críticas, tendo o artigo inaugural da teoria sido publicado em 1971. Assim, acompanhou as mudanças sociais e políticas das décadas subsequentes, sempre buscando encaixá-las na sua proposta teórica e metodológica. Sob aspecto teórico, é possível encontrar na teoria diversas menções à obra habermasiana, a partir da qual Inglehart (1997) procura explicar a sua compreensão de que a ação política dá-se a partir da comunicação entre indivíduos. No mesmo sentido, Beck (1997) e Guiddens (1997) são citados em convergência ao seu entendimento acerca da conscientização dos indivíduos sobre os riscos da civilização na fase pós-industrial, o que possibilitaria a moderação do capitalismo e, então, a sua associação à democracia. Referências a teorias pós-modernistas, contudo, aparecem em tom ferrenhamente crítico. No entanto, o fato de o argumento de autores pós-modernistas terem se tornado tão influentes em determinado momento, segundo Inglehart (1997), se deve à mudança cultural em direção à valorização da liberdade individual, ou seja, a sua teoria é capaz de explicar até mesmo como o pensamento pós-moderno surgiu. Nesse sentido, o autor ironiza que valores pós-modernos certamente não se difundiram porque as massas leram os escritos de Derrida e Foucault.

O fato é que Inglehart e seus colaboradores acabam por manter a máxima das teorias da modernização: o desenvolvimento econômico promove a democracia a partir de mobilização social e cultural. Depois, acolhem as críticas e se propõem a considerá-las em sua abordagem ou as justificam, como quando afirma que o capitalismo não gera desigualdade de renda. Um dos teóricos

da modernização mais influentes foi, certamente, Seymour Lipset, com *O Homem Político* (1967). Considera-se que Inglehart e seus colaboradores reeditam o que Lipset (1967) chamou de fase “pós-política” das democracias estáveis, isto é, uma fase em que os conflitos deixam de existir permitindo a estabilidade do regime político. Na tradição teórica das teorias da modernização, a fase pós-política é valorizada e perseguida. No entanto, a imersão em tal normatividade corrobora o insulamento da política em nome da consecução de uma democracia possível ou estável, o que limita, segundo se percebe, a própria ideia de soberania popular ou autogoverno a que Inglehart e seus colaboradores se dedicam a alcançar.

Na Teoria do Desenvolvimento Humano (a) o capitalismo é construído como afluyente e promotor de igualdade; (b) a cultura política é restrita à priorização de valores próprios do liberalismo, valorizando-se um *ethos* cívico de uma cultura política única, representada pela noção de mudança cultural; (c) as relações de poder são abordadas como diluídas por tal mudança cultural, privilegiando-se o individualismo; e (d) há uma noção de progressão e regressão em vias unilineares. Na seção que segue, procura-se exemplificar esses aspectos a partir da explicação recente de Ronald Inglehart sobre a crise das democracias liberais, destacando o papel da normatividade democrática e metodológica para a sua construção.

### **3 A explicação de Ronald Inglehart para a crise das democracias liberais**

A reflexão atual acerca das crises das democracias liberais elaborada no ensejo da ascensão de líderes e partidos populistas autoritários nos últimos anos mobilizou intelectuais das diversas subáreas da Ciência Política. Entre os liberais houve grande preocupação com a investida contra os aspectos liberais da democracia, representado pelo fomento a um regime político posto em termos de “democracia iliberal”. A partir dessa perspectiva, o populismo autoritário tornou-se uma ameaça não à democracia, mas ao modelo hegemônico de democracia. Para Mounk (2018), democráticos ou antidemocráticos, os populistas de hoje são claramente “iliberais” e esse é um motivo para se opor a eles. O autor argumenta que, como a experiência demonstra, embora apresentem-se descartando o liberalismo, a longo prazo o populismo atinge a democracia, na medida em que enfraquece as instituições e o estado de direito. Ocorre, de acordo com Mounk (2018), que o liberalismo se tornou antidemocrático ao não cumprir com a promessa de permitir às pessoas estarem no poder, de forma que a insatisfação com o sistema liberal tem as levado a eleger líderes populistas com promessas iliberais.

Inglehart (2016a) se inseriu no debate ao responder a Foa e Mounk (2016) na edição *Danger of Desconsolidation* do *Journal of Democracy*. Enquanto Foa e Mounk (2016) alegavam que o público de muitos países estava cada vez mais insatisfeito com a democracia e aberto a alternativas não democráticas, Inglehart (2016a) reconheceu a relevância dos dados apresentados pelos autores, mas discordou da conclusão de que a democracia, por isso, estava em perigo. Para o autor, a fé na democracia desgastou-se e o apoio a alternativas não democráticas aumentou, mas isso não significa que a democracia liberal atingiu o seu ápice e entrou em declínio. Ocorre que os ganhos econômicos das últimas décadas de prosperidade na maioria dos países de alta renda chegou ao topo e estagnou, gerando a perda de emprego mesmo para os mais jovens e mais altamente qualificados. Para o autor, esse, no entanto, é um efeito periódico, solucionável com as políticas adequadas. O que importa,



segundo Inglehart (2016a), é que, a longo prazo, o desenvolvimento econômico continuará a gerar as condições culturais necessárias para a democracia.

Isso porque a Teoria do Desenvolvimento Humano argumenta que o desenvolvimento econômico promove a democracia, mas apenas se gerar mudança cultural. Essa mudança cultural é possível na medida em que o desenvolvimento econômico produz uma classe média grande e articulada e, sobretudo, transforma os valores e motivações das pessoas para que enfatizem a liberdade individual (Inglehart, 2016a). Na Teoria do Desenvolvimento Humano o individualismo é valorizado e relacionado a altruísmo, na medida em que há entre pessoas emancipadas uma noção de auto-respeito (Inglehart, Welzel e Klingeman, 2003). Trata-se da ideia de que enfatizar a liberdade individual envolve respeitar a liberdade do outro, semelhante ao que Rawls (1993) denominou de “sentido racional de reciprocidade”. Nesse contexto, Inglehart (2018) chega a denominar a sua teoria de “teoria emancipatória da democracia”, fazendo referência à noção de que a liberdade individual emancipa as pessoas da autoridade, tornando-as mais contestadoras e participativas na política. De acordo com o autor, o apreço à liberdade individual é o elemento que motiva as pessoas para a democracia (Inglehart, 2018).

Por isso, de acordo com Inglehart (2018), não há que se falar em morte ou colapso da democracia liberal. Veja-se: enquanto muito autores liberais passaram a alertar quanto à possibilidade de colapso da democracia após constatarem o caráter iliberal da proposta dos líderes e partidos populistas autoritários – com atraso, negligenciando o papel anterior dos elementos que circundam a própria relação da democracia com o capitalismo –, Inglehart (2016a e 2018) sequer acredita que a crise tenha o condão de fazer declinar a democracia. Para o autor, como em muitos países altamente industrializados o número de pessoas que priorizam a liberdade individual é majoritário e crescente nos países em desenvolvimento, as perspectivas para a democracia a longo prazo são positivas. A teoria interpreta os momentos de exceção à prosperidade prometida pelo desenvolvimento econômico como efeitos periódicos, os quais atrasam o processo de mudança cultural ou atravancam os seus desdobramentos, mas são temporários e, por isso, inofensivos à democracia (Inglehart, 2016a e 2018)<sup>2</sup>.

Segundo se percebe, a fim de elaborar uma regra geral de longo prazo, o autor acaba por refinar a trajetória da democracia liberal, descartando detalhes próprios da contingência dos acontecimentos políticos. Sem abandonar a herança da tradição empírica da Ciência Política, que enfatiza a neutralidade e a imparcialidade, a Teoria do Desenvolvimento Humano promove o insulamento da política para possibilitar a sua constituição como uma regra geral descritiva e preditiva. Nesse sentido, é preciso observar que a própria opção por assim constituir-se, a despeito de precisar negligenciar aspectos centrais da análise da política, revela a normatividade atrelada a certa visão de democracia, que faz a teoria acrítica do modelo de democracia aliado ao capitalismo. Recentemente, quando Inglehart (2018) reconhece o papel das políticas neoliberais para as desigualdades extremadas que emolduram a dita crise das democracias liberais mesmo em sociedades altamente industrializadas, aborda a urgência da implementação de políticas sociais sem tecer qualquer comentário em tom de reprovação à liberalização do mercado ou à globalização.

---

<sup>2</sup> Expressamente, Inglehart (2018) assume o risco à democracia liberal, mas conta com solução de todo e qualquer efeito periódico.

Isso se deve ao fato de que na Teoria do Desenvolvimento Humano o capitalismo é descrito como exclusivamente afluyente e, inclusive, promotor de igualdade social. A mudança cultural em direção à priorização da liberdade individual ocorre, conforme Inglehart (1993 e 1997), de geração em geração à medida que a sociedade avança em seu processo de industrialização, de forma que as novas gerações já nascem em sociedades mais liberais. O que define, entretanto, se uma pessoa priorizará valores liberais é, para além da riqueza, o sentimento de segurança existencial e financeira que experimenta durante a fase de formação (infância/adolescência). Apesar de afirmar que o estado de bem-estar social é essencial para definir esse sentimento de segurança existencial, Inglehart (1993) salienta que a democratização não depende dele. O argumento do autor é de que, historicamente, a emergência das instituições democráticas precedeu o surgimento do estado de bem-estar: sem a modernização não haveria renda alguma a ser distribuída. Implicitamente, o autor dispensa menor importância ao estado de bem-estar social do que de fato parece ter na trajetória delineada, sobretudo, considerando-se o papel essencial dessas políticas para o sentimento de segurança existencial, aspecto-chave da teoria, bem como para o crescimento das desigualdades sociais no período de recesso dessas políticas e de predomínio da política econômica neoliberal.

Dito isso, é importante destacar quatro aspectos que permeiam a obra de Inglehart: 1) a ênfase, principalmente nas obras iniciais, na estabilidade da democracia, aos moldes do que comumente é abordado na subárea da cultura política; 2) o entendimento do autor de que a democracia pode ser definida em termos de presença de instituições políticas democráticas, para afirmar que a democracia vem antes do estado de bem-estar social e não por causa dele; 3) a origem da noção mais abertamente expressada em Inglehart (2018) de que o desenvolvimento econômico não gera desigualdades sociais – pelo contrário, produz igualdade de renda; e 4) a segurança existencial como fator essencial da teoria, o que justifica a noção de que a igualdade de renda não é necessária para a estabilidade da democracia, bastando que a base da pirâmide social tenha um patamar de renda suficiente.

No que se refere aos itens 1 e 2, é importante referir que as pesquisas elaboradas pelo autor sobre estabilidade democrática consideram o período de duração da democracia formal. De acordo com Inglehart (2016a, p. 98, tradução nossa), por estabilidade da democracia entende-se “operacionalmente, o número de anos que as instituições democráticas funcionaram continuamente em uma determinada sociedade”. Inglehart (1997), em resposta aos críticos, afirma concordar enfaticamente que estabilidade da democracia e extensão da democracia são duas coisas distintas, mas que isso não constitui um impedimento contra o estudo da estabilidade das instituições democráticas, que é uma variável importante por si só. Anos mais tarde, no entanto, Inglehart e Welzel (2009) criticam análises como a de Pzeworski e Limongi (1997) por deterem-se à democracia eleitoral. De acordo com os autores, a democracia liberal não pressupõe elementos inteiramente presentes ou ausentes, mas graus de presença e ausência de determinados elementos. No entanto, nas palavras Inglehart e Welzel (2009, p. 217), “a democracia liberal é uma questão de grau, atravessando o *continuum* desde a ausência completa de liberdade civis e políticas, até sua presença integral”. Ou seja, mais uma vez, a ausência completa ou a presença mínima de liberdades é considerada democracia liberal em algum grau.

Segundo se percebe, por seu elevado apreço ao pragmatismo, o autor centra-se na solução de efeitos periódicos, desviando-se da análise do problema, o que conduz à elaboração de uma trajetória de mudança cultural em direção ao fomento da participação política sob vias superficiais, isto é, que evitam aprofundar os detalhes inerentes aos acontecimentos políticos, os quais, invariavelmente,

influem na realização do próprio critério democrático normativo por excelência da teoria, a liberdade individual. Ao focar na solução, o autor narra uma trajetória cabal e satisfatória em direção à democracia liberal, em que todos os desvios são tratados como exceção, quando, segundo se interpreta, esses desvios são partes constituintes das trajetórias de cada sociedade, que não seguem uma regra. Delinear uma regra geral não tem outra consequência que não a existência de exceções e de efeitos periódicos, estes, sim, dada a contingência dos acontecimentos políticos, esperados. É a isso que se refere quando se diz que a Teoria do Desenvolvimento Humano promove o insulamento da política para poder constituir-se: somente “limpando” a regra geral de toda e qualquer interferência, seja do mercado, das relações de poder, das desigualdades de renda etc., ela pode existir.

Inglehart (1993 e 1997) supõe que, sendo as elites responsivas, atenderão às demandas do público. A solução para as crises oriundas dos efeitos periódicos fica por conta da política, não importando os detalhes de como os governantes terão condições de atuar. Nesse sentido, o autor se coloca em oposição a interpretações que mencionam a dependência dos países periféricos. Conforme Inglehart (1993 e 1997), a hipótese da dependência falhou quando a noção de que o capitalismo global levaria o desenvolvimento econômico a aprofundar o autoritarismo na América Latina não foi comprovada, afinal, a democracia retornou no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Assim, o autor enfatiza que a queda das democracias nada tem a ver com a inclusão das sociedades democráticas no mercado global, o que, em sua percepção, é benéfico para sociedades periféricas (Inglehart, 1993 e 1997).

Ainda, na esteira do que foi apontado nos itens 3 e 4 acima, para Inglehart (2016b e 2018) e Norris e Inglehart (2019), a promoção de desigualdades não é uma característica inerente das economias capitalistas. Para os autores, as descobertas de Thomas Piketty, que atribuem ao capitalismo a produção de desigualdades, provaram-se equivocadas. Isso porque, Piketty (2014) encontrou diminuição da desigualdade apenas em meados do século XX, quando, em razão das duas guerras mundiais e pela Grande Depressão, os governos adotaram políticas de redistribuição de renda. Segundo Inglehart (2018), Piketty (2014) ignora a importância dos aspectos políticos quando responsabiliza o capitalismo pelas desigualdades sociais; para o autor, o capitalismo promove igualdade de renda, sendo a promoção de desigualdades exceção, cuja causa e solução ficam por conta da política.

Ou seja, quando Inglehart (2018) menciona que Piketty (2014) abstrai a política, se refere ao fato de que aspectos disfuncionais existentes no caminho entre a modernização e a democracia podem ser solucionados por políticas de governo adequadas e que Piketty (2014) não faz referência a isso, focando no problema ao atribuir de forma imediata as desigualdades sociais à atividade capitalista. Inglehart e seus colaboradores, ao contrário, consideram a possibilidade de solução das disfunções oriundas do capitalismo e, por isso, não desprezam os benefícios desse modelo econômico. No entanto, segundo se interpreta, são Inglehart e seus colaboradores que abstraem os aspectos atinentes à política de suas análises, pois, se esses aspectos são essenciais para a contenção do capitalismo e a manutenção desse sistema econômico em associação à democracia, sem eles a trajetória “desenvolvimento econômico –mudança cultural – democracia” tornar-se-ia apenas probabilística. Como os autores mesmo reconhecem, os fatores atinentes à política agem sobre a trajetória da democracia delineada, seja para freá-la, seja para desencadeá-la, ou seja, essa trajetória não pode se desenvolver sem a presença da política e existe apenas no campo da abstração. Entretanto, Inglehart

e seus colaboradores acabam por desprestigiar a importância da política ao narrarem o capitalismo apenas como afluente e como promotor de igualdade.

Ocorre que, segundo Gat *et al.* (2009), o modelo de democracia aliada ao capitalismo não se trata de uma contradição irreconciliável, de forma que se esforçam para rejeitar ou justificar interpretações críticas ao modelo capitalista. Isso porque, para os autores, um mínimo de desigualdade de renda é sempre necessário para a manutenção da eficiência econômica em nível macro, ficando o estado de bem-estar social encarregado de proporcionar a distribuição de renda possível. Se o estado de bem-estar social tem sido restrito em nome da política econômica dominante em muitas sociedades, essa também é uma questão política (Gat *et al.*, 2009).

Para Inglehart (2016b e 2018), quando são postas em contexto global, as desigualdades de renda aparecem de maneira mais evidente apenas em certo estágio do desenvolvimento econômico. Descrito por Blanko Milanovic (2016 *apud* Inglehart, 2018) como uma “curva de elefante”, em referência a sua representação gráfica, trata-se do fenômeno pelo qual, em determinado período, países altamente industrializados, embora obtenham crescimento de renda, fazem essa renda chegar à população em níveis muito desiguais em relação ao que ocorre em países em desenvolvimento. De acordo com Inglehart (2018), a população de países de alta renda, como os da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão, partiu, no final dos anos 1980, de uma base muito mais elevada de renda, mas não obteve ganhos adicionais nos 20 anos subsequentes, enquanto a população de países em processo de industrialização, como a China, Índia, Tailândia, Vietnã e Indonésia, tiveram suas rendas reais aumentadas em 80 por cento durante este período.

No entanto, segundo Inglehart (2018), nos países altamente industrializados, teve quem conseguisse obter ganhos e acumular renda: o 1% mais rico da população. Segundo Inglehart (2016b), quando se analisa a riqueza das famílias, o aumento da desigualdade tem sido ainda maior: em 2011, o 1% do topo dos lares dos Estados Unidos controlavam 40% da riqueza total (Inglehart, 2016b). De acordo com o autor, essa foi a experiência dos países altamente industrializados nas últimas décadas, mas não é um aspecto inevitável do capitalismo, e sim apenas um reflexo do estágio de desenvolvimento da sociedade. Tanto é assim, de acordo com o autor, que os países em desenvolvimento são bem sucedidos com a economia de mercado, na medida em que vivem a fase de transição de sociedade agrária para sociedade industrial (Inglehart, 2018).

Assim, a hipótese de Inglehart (2016a e 2018) é que o estágio de desenvolvimento correspondente à passagem da economia industrial para a economia de serviços, cada vez mais conectada à alta tecnologia, torna difícil o poder de barganha do trabalhador industrial e, também, de trabalhadores altamente qualificados. Segundo o autor, o fato é que nas últimas décadas, a maioria das pessoas em muitas democracias desenvolvidas têm experimentado declínio na renda real associada à crescente desigualdade e, especialmente, nos Estados Unidos o governo tem sido extremamente disfuncional. Isso, somado a acontecimentos próprios do período, como a imigração sem precedentes e o terrorismo, tem levado à reação por parte de pessoas que enfatizam valores materialistas à mudança cultural (Inglehart, 2016b e 2018). A abordagem dessa reação cultural aparece como “*authoritarian reflex*” em Inglehart (2018) e como “*cultural backlash*” em Norris e Inglehart (2019).

Para o autor, análises que anunciam o colapso da democracia estão assumindo que tais condições periódicas são permanentes, o que, de fato, traria perspectivas negativas para a democracia. Essa, no entanto, não é a sua hipótese. Embora assuma que níveis altos de insegurança existencial são

propícios ao autoritarismo, à xenofobia, e à rejeição de novas normas culturais, Inglehart (2016a, 2016b e 2018) acredita que isso pode ser revertido por políticas destinadas à redistribuição de renda. Disso extraem-se duas conclusões lógicas: primeiro, se a crise é algo decorrente do estágio de industrialização em que se encontram as sociedades, isso indica, implicitamente, que todas as sociedades capitalistas alcançarão esse estágio em algum momento, a não ser que nunca passem para a fase da pós-industrialização. Assim, o momento de estagnação pretensamente gerado pela fase da alta tecnologia parece o fim coerente da atividade capitalista sem a contenção por políticas adequadas, embora a forma como Inglehart e seus colaboradores abordem a questão faça parecer que o capitalismo é inteiramente afluente. Isso leva a segunda conclusão: Inglehart (2016b e 2018) acaba, involuntariamente, por corroborar o argumento de Piketty (2014), a quem critica.

O caminho do avanço da democracia até o que Inglehart e Welzel (2009) denominam “democracia liberal efetiva” é descrito na Teoria do Desenvolvimento Humano como não linear, em atenção às críticas preexistentes às teorias da modernização. Inglehart (1997 e 2018), Inglehart e Welzel (2009) e Norris e Inglehart (2019) justificam a não linearidade em razão de adiantarem a possibilidade de que ocorram efeitos periódicos durante a trajetória descrita. Assim, a despeito de apresentarem a teoria como evolutiva, os autores precaveem-se de críticas, afirmando que o caminho descrito na teoria pode estagnar ou regredir, de acordo com o contexto social, político e econômico do momento em cada sociedade. Da mesma forma que os teóricos da modernização, Inglehart e seus colaboradores protegem o núcleo da teoria e justificam aspectos periféricos, que impedem a própria realização da sua regra geral. Apesar de reconhecerem a contingência dos fenômenos de ordem social e política, os autores abstêm-se de mencionar que a ideia de evolução pressupõe que as culturas políticas distintas daquelas consideradas ideais (basicamente, a dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental) são atrasadas. Além disso, o fato de que existem efeitos periódicos contingentes revelam por si só a limitação da capacidade preditiva da teoria sob forma de regra geral. Assim, a trajetória apontada como não linear, apesar do alerta sobre descontinuidades possíveis, acaba sendo descrita como de idas e vindas em uma mesma linha, em que o progresso é a regra.

A Teoria do Desenvolvimento Humano enfatiza a mudança cultural como condição imprescindível para a democratização e o avanço da democracia (para utilizar os termos adotados pelos autores), de modo a propor a expansão de um *ethos* cívico fundado no bem-estar individual. Afora isso, como consequência da valorização do individualismo, a teoria toma o público como a agregação de indivíduos que, pretensamente, estariam em condições de igualdade no debate da política. Importante referir que, não obstante Inglehart e seus colaboradores rejeitem a ideia de comunidade, não recusam o engajamento coletivo. A ideia é que indivíduos livres e iguais perante a lei possam comunicar-se e unir-se em prol de demandas comuns; demandas essas que serão pró-democráticas e inclusivas, na medida em que mais indivíduos valorizem a autoexpressão (a livre expressão da personalidade). Com efeito, como a teoria se apresenta como descritiva e preditiva, são os seus resultados que indicam a maior propensão de sociedades com altos níveis de valores de autoexpressão a serem mais tolerantes com grupos aos quais o autor se refere como “externos”. Segundo Inglehart (2018), as principais consequências da mudança cultural intergeracional foram a transformação de normas de gênero, étnicas, raciais, e ambientalistas – o que mobilizou temas como aborto, divórcio, controle de natalidade, orientação sexual, multiculturalismo etc. – e o fomento da participação política de massa.

Nesse sentido, Inglehart e seus colaboradores têm posicionamentos progressistas no que se refere às questões de gênero, étnicas, ambientais, culturais e não se opõem a ações afirmativas, como se poderia conjecturar a partir de uma aproximação ao corolário neoliberal. A preocupação dos autores é de demonstrar como desdobramentos da política, como a instituição de quotas para garantia de assentos às mulheres nos parlamentos, acontecem, sob uma perspectiva cultural de longo prazo. No entanto, como o foco da teoria é no indivíduo, a chegada de demandas de gênero às instituições dá-se, sob a sua lógica, porque as mulheres uniram-se como indivíduos livres e iguais, pressionando as elites. Tal como assevera Phillips (2011), entretanto, apenas o fato de que medidas destinadas a assegurar uma representação aumentada das mulheres já demonstra a diferença sexual considerável politicamente. Assim, como mais uma consequência do insulamento dos aspectos atinentes à política pela teoria, as distintas condições dos diferentes grupos para fazerem-se relevantes no debate público são excluídas da pretensa trajetória da democracia. Com efeito, a Teoria do Desenvolvimento Humano aposta na diluição da desigual distribuição de poder em sociedade pela ampliação da liberdade individual.

O fato de que a democratização e o avanço da democracia sejam descritos como uma trajetória previsível para mais de 100 países ao redor do mundo oferece indícios da defesa de certo modelo de democracia. Não se trata apenas da análise de como têm se desenvolvido as democracias liberais existentes, mas de quais as condições necessárias para que esse modelo de democracia seja levado às demais sociedades. Essa proposta teórica coloca os países periféricos da economia na posição de precisarem cumprir etapas para alcançarem as condições previamente encontradas nos países centrais (e a partir dos quais foi criada a metodologia adotada nas análises). Inglehart e seus colaboradores buscam veementemente rechaçar a ideia de homogeneização cultural atribuída às teorias da modernização, salientando que traços culturais atinentes ao contexto histórico das sociedades, tais como religião e outros aspectos tradicionais, não são facilmente alterados pela modernização. Entretanto, os autores acabam por sugerir uma realidade cultural em que esses aspectos culturais persistentes sejam diminuídos ao máximo, dando lugar a valores de autoexpressão. Nesse sentido, a Teoria do Desenvolvimento Humano apresenta uma perspectiva de democratização que depende de uma certa forma de convergência cultural, muito embora a construção da narrativa dos autores busque fazer crer não se tratar disso.

Segundo Inglehart e Welzel (2008), os critérios normativos da democracia liberal costumam ser inspirados em uma visão de mundo que considera uma vida baseada na liberdade, na igualdade e no autogoverno como a melhor forma de organizar sociedades. No entanto, o compromisso normativo com o capitalismo aliado à democracia, leva os autores a absterem-se de debater o papel da ênfase no individualismo e na economia de mercado para a própria realização desses critérios. Para além disso, Inglehart e seus colaboradores negam qualquer incompatibilidade entre capitalismo e democracia, rejeitando interpretações acerca da dependência de países periféricos no mercado global. A Teoria do Desenvolvimento Humano requer uma atuação dos governos limitada pelo livre funcionamento do mercado, sob o argumento de que, do contrário, as políticas podem se tornar impopulares (Inglehart, 1997)<sup>3</sup>. Essa compreensão remete ao corolário neoliberal, embora Inglehart e seus colaboradores tendam a posicionar-se de forma neutra, referindo-se aos neoliberais, assim como aos socialistas,

---

<sup>3</sup> Segundo Inglehart (1997, p. 327, tradução nossa), “hoje existe um sentimento generalizado de que a expansão da atuação governamental chega a um ponto em que se torna ineficaz e uma ameaça ainda maior à autonomia individual do que a apresentada por empresas privadas”.

sempre como grupos alheios a si. Obviamente, não se encontra na teoria aversão explícita à soberania popular ou simpatia às tradições (exceto à tradição liberal), mas, de forma semelhante à descrição de Fraser (2018) sobre um dito “neoliberalismo progressista”, parece que a Teoria do Desenvolvimento Humano, embora imbuída na ideia de liberdade de mercado e de liberdade individual, deixa a moralidade tradicional em segundo plano e apresenta-se sob vestes emancipatórias, embora superficiais, principalmente, do ponto de vista redistributivo.

#### 4 Conclusão

A opção dos autores por enfatizar a liberdade individual já revela que a trajetória delineada na teoria não se trata de um diagnóstico do estado de coisas, mas de uma defesa de certo modelo de democracia. Como a teoria parte da ideia de modernização sob uma perspectiva capitalista, a ênfase na liberdade individual cria um ciclo de manutenção do modelo de democracia liberal hegemônico. Logo, a teoria não se constitui como uma proposta de otimização da democracia – considerando-se os próprios critérios normativos listados por Inglehart e Welzel (2008): liberdade, igualdade e soberania popular – mas da projeção de realização desses critérios sem desestabilizar a ordem política e econômica instituída.

Inglehart (2018) se refere a sua tese como “teoria emancipatória da democracia”, estando a emancipação por conta do pleno exercício da liberdade individual. Nessa obra, em que traça linhas preliminares do argumento que aprofundaria em *Cultural Backlash* (Norris e Inglehart, 2019), o autor assume que o conflito político está agora centrado na luta dos 99% contra os 1% que concentram a renda, em referência ao movimento “*Occupy Wall Street*”<sup>4</sup>. Para Inglehart (2018), está em curso uma nova dinâmica decorrente da entrada na era da inteligência artificial, abordando enfim, a responsabilidade do incentivo das forças de mercado para isso. No entanto, responsabiliza os partidos convencionais por não terem colocado políticas sociais em prática, como se a própria política econômica predominante, a qual a sua teoria está adequada, não privilegiasse a liberdade de mercado frente a elas. Debater esse tema envolve perceber que o caminho delineado pela Teoria do Desenvolvimento Humano, para além do efeito da mudança cultural decorrente da modernização, envolve a passagem controlada de poder político a grupos minoritários em troca da continuidade de um modelo econômico financeirizado.

Nesse sentido, Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2019) constatarem o prejuízo da política econômica levada a efeito nas últimas décadas nos países centrais da economia global, mas abstém-se de mencionar que o predomínio de valores de liberdade individual em decorrência da liberalização da economia faz parte da constituição de um terreno favorável à continuidade da dinâmica que incentiva essa mesma política econômica. Ademais, como os autores veem o momento atual como de afluência da democracia em países periféricos, sua contribuição para análise da crise da democracia nessas sociedades torna-se limitada. Isso porque, desde a queda do estado de bem-estar social no início dos anos 1980, a política econômica neoliberal tem tomado forma em muitas democracias liberais, inclusive, naquelas não altamente industrializadas.

---

<sup>4</sup> Movimento que, em 2011, ocupou praças e ruas pelos Estados Unidos, denunciando o enriquecimento desproporcional da imensa minoria da população do país.

## Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. Modern, Anti, Post, and Neo: How Social Theories Have Tried to Understand the “New World” of “Our Time”. *Zeitschrift für Soziologie*, v. 23, n. 3, p. 165-197, 1994. Disponível em: <https://www.journals.vu.lt/sociologija-mintis-ir-veiksmas/article/view/6844>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Nova York: Sage Publications, 1963.
- AVRITZER, Leonardo. *Teoria democrática e a construção da democracia: reflexões acerca da contradição entre o elitismo democrático e a democratização*. Anais do XXI Encontro Anual da ANPOCS, 1997. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st15-2/5314-leonardoavritzer-teoria/file>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- BALL, Terence. Aonde vai a teoria política? *Revista de Sociologia Política*, n. 23, p. 9-22, nov. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24618.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. In: BECK, Ulrich; GUIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BIANCHI, Álvaro. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 76-105, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762011000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000100003). Acesso em: 03 nov. 2020.
- EASTON, David. *The Political System*. New York: Knopf, 1953.
- FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 97-110, 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 nov. 2020.
- FOA, Roberto; MOUNK, Yasha. The danger of desconsolidation: the democratic disconnect. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-the-democratic-disconnect/>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista à Trump – e além. *Revista Política & Sociedade*, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 02 set. 2020.



GAT, Azar; DEUDNEY, Daniel; IKENBERRY, John; INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Which Way Is History Marching? Debating the Authoritarian Revival. *Foreign Affairs*, v. 88, n. 4, p. 150-159, 2009.

GUIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. In: BECK, Ulrich; Guiddens, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Editora da USP, 1975.

INGLEHART, Ronald. *Cultural Evolution: people's motivations are changing and reshaping the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

INGLEHART, Ronald. How Much Should We Worry? *Journal of Democracy*, v. 27, n 3, p. 18-23, 2016a. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-how-much-should-we-worry/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

INGLEHART, Ronald. Inequality and Modernization: why equality is likely to make a comeback. *Foreign Affairs*, v. 95, n. 1, s.p., 2016b. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-14/inequality-and-modernization>. Acesso em: 02 set. 2020.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and post-modernization – cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, Ronald. Democratização em Perspectiva Global. *Opinião Pública*, v. 1, n. 1, p. 9-67, 1993. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IEnFMDM\\_MDA\\_8fc41\\_/v1n1a02.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IEnFMDM_MDA_8fc41_/v1n1a02.pdf). Acesso em: 03 nov. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Democracy as a Human Empowerment: The Role of Ordinary people in the Emergence and Survival of Democracy*. UC Irvine: Center for the Study of Democracy, 2008. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3tj7c4bb>. Acesso em: 02 set. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian; KLINGEMAN, Hans-Dieter. The theory of human development: A cross-cultural analysis. *European Journal of Political Research*, v. 42, p. 341-379, 2003. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1475-6765.00086>. Acesso em: 02 set. 2020.

LIPSET, Seymour. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSH, Robert. Modernization Theory: then and now. *Comparative Sociology*, n. 13, p. 261-283, 2014. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/coso/13/3/article-p261\\_1.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/coso/13/3/article-p261_1.xml?language=en). Acesso em: 02 set. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Uma democracia esquelética – a teoria de Anthony Downs. *Revista Política e Trabalho*, v. 18, p. 125-134, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6496/19869>. Acesso em: 02 set. 2020.

MOUNK, Yasha. The Undemocratic Dilemma. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 2, p. 98-112, 2018. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-undemocratic-dilemma/>. Acesso em: 02 set. 2020.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira. *Ciência, política e normatividade: dilemas metodológicos*. 2011. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1472>. Acesso em: 02 set. 2020.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PARSONS, Talcott. *The Social System*. Glencoe: The Free Press, 1951.

PATEMAN, Carole. Political Culture, Political Structure and Political Change. *British Journal of Political Science*, v. 1, n. 3, p. 291-305, 1971. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/193390?seq=1>. Acesso em: 03 mar. 2020.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 339-363, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000200013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200013). Acesso em: 02 set. 2020.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Modernization: theories and facts. *World Politics*, v. 49, n. 2, p. 155-183, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25053996?seq=1>. Acesso em: 02 set. 2020.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. Nova York: Columbia University Press, 1993.

VITA, Álvaro de. Teoria política normativa e justiça rawlsiana. *Lua Nova*, v. 102, p. 93-135, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n102/1807-0175-ln-102-93.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

*Artigo recebido em: Dezembro/2020*

*Artigo aprovado em: Março/2021*

**Valéria Cabreira Cabrera** (valeriocabreira@gmail.com) é Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas.

## **O Colapso da Democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart: implicações da normatividade para a interpretação da crise**

**Resumo.** A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart argui que o desenvolvimento socioeconômico gera mudanças culturais ao longo do tempo, as quais viabilizam, em determinado estágio, o surgimento da democracia em sociedades não democráticas e o seu fortalecimento em sociedades já democráticas. Neste artigo, argumenta-se que, como implicação normativa, essa teoria acaba por promover o insulamento de aspectos atinentes à política, muito embora não necessariamente tenha sido essa a intenção do autor. Assim, busca-se desvelar o caráter normativo orientado à defesa da democracia liberal da Teoria do Desenvolvimento Humano, especialmente, no ensejo da rejeição de Ronald Inglehart aos diagnósticos de declínio da democracia liberal no mundo hoje.

**Palavras-chave:** Teoria Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Econômico; Mudança Cultural; Normatividade; Declínio da Democracia Liberal.

## **The Collapse of Democracy in Ronald Inglehart's Theory of Human Development: implications of normativity for interpretation of the crisis**

**Abstract.** Ronald Inglehart's Human Development Theory argues that socioeconomic development generates cultural changes over time, such as those that make possible, at a certain stage, the emergence of democracy in non-democratic societies and its strengthening in already democratic societies. In this article, it is argued that, as a normative implication, this theory ends up promoting the isolation of aspects related to politics, even though it was not necessarily the author's intention. Thus, it seeks to unveil the normative character oriented to the defense of liberal democracy of the Human Development Theory, especially, in the occasion of the rejection of Ronald Inglehart to the diagnoses of decline of liberal democracy in the world today.

**Keywords:** Human Development Theory; Economic Development; Cultural Change; Normativity; Decline of Liberal Democracy.